



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 24 Nº 04
Abril de 2015

Piso regional do RS: reajuste e “desorientação espacial”

“Desorientação espacial” é o termo utilizado na aviação, quando o piloto perde a capacidade de distinguir se a aeronave está deslocando-se para cima, para baixo ou em qualquer outra direção. É o que sugere o reajuste de 16% concedido ao piso regional do Rio Grande do Sul em 2015. O aumento elevou o valor da faixa inferior da Lei Estadual nº 11.647/2001 para o mesmo nível de 15 anos atrás, ou seja, 28% superior ao do salário mínimo (SM) nacional, sob o argumento equivocado de recomposição de perdas salariais.

A primeira e mais importante premissa para entender o significado e o impacto do piso regional é a sua definição legal. A criação dos pisos estaduais, pela Lei Complementar nº 103/2000, foi consequência das restrições para o aumento nacional do SM, cujo impacto transcende as relações formais de trabalho, além de balizar diversas políticas sociais. Como a existência de mais de um SM é inconstitucional, o Governo Federal abriu a possibilidade de que os estados brasileiros estabelecessem pisos direcionados àquelas categorias que não conseguem organizar-se coletivamente e, com isso, obter melhores condições de remuneração. Assim, a natureza jurídica e o objetivo social do piso são inteiramente diferentes dos do SM. Embora ajude a adequar os proventos de parcela dos trabalhadores dos estados mais ricos, o que é louvável, o piso não pode tornar-se uma política salarial universal, papel do SM.

Ao adotar o piso, em 2001, o Rio Grande do Sul estabeleceu um patamar 28% acima do SM daquele ano. O PIB *per capita* estadual, então, era pouco mais de 15% superior ao do Brasil. No entanto, o SM havia passado por três décadas de perda de poder de compra, de forma que a inadequação, se havia, estava na política nacional. Nos anos subsequentes, o SM obteve uma grande e justa valorização real. Entre 2000 e 2014, o aumento concedido pela política nacional foi o dobro da inflação do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ao propor-se que o piso do RS volte a ser 28% superior ao SM, não se está recompôdo poder de compra, pois a base de cálculo já o recompôs com amplo ganho real. Pelo contrário, o que se propõe é a manu-

tenção de um diferencial arbitrário e que ignora as conquistas nacionais. Um princípio elementar de qualquer política distributiva é que ela deve adaptar-se às condições que ela própria transforma, senão o que foi criado para reduzir desigualdades pode terminar por perpetuá-las.

Pela sua especificidade, a influência do piso no trabalho informal e demais níveis salariais é improvável. Assim, os empregados formais do RS que percebem rendimentos dentro das faixas da Lei estadual, em 2010, somavam quase 229.000. Otimistas, somamos a esses todos os trabalhadores domésticos com carteira captados no Censo Demográfico para alcançar, naquele ano, um total de 347.000 pessoas, pouco mais de 13% de toda a mão de obra com carteira no RS. Essas proporções são estáveis durante todos os 15 anos desde a criação do piso, embora o Censo seja uma fonte mais confiável para o emprego doméstico, razão pela qual destacamos 2010. A tabela também mostra o dado de 2013.

Ainda que assumíssemos que pagar 28% mais do que o resto do Brasil, como mínimo, para essas categorias, continua sendo coerente com a condição econômica do RS, ninguém faz uma pergunta fundamental: como ficam as diferenças internas do Rio Grande do Sul?

Os dados municipalizados agravam o problema da falta de referência da política estadual. Em 2010, 46,6% dos empregados formais referidos e 39,59% do trabalho doméstico com carteira trabalhavam em algum dos 312 municípios cujo PIB *per capita* era inferior à média brasileira! A participação desses trabalhadores no emprego dos municípios mais pobres chega a ser o dobro daquela medida nos outros 184 municípios gaúchos que geram maior renda por habitante.

Poderão os empregadores dessas regiões mais pobres absorver uma elevação tão abrupta do custo da mão de obra? Embora as magnitudes envolvidas sejam macroeconomicamente irrelevantes, o grande contingente de beneficiários em regiões mais pobres torna real a possibilidade de desemprego no pequeno comércio, na produção tradicional e no trabalho doméstico.

Distribuição do emprego formal com remuneração contida nas faixas do piso regional e do trabalho doméstico com carteira assinada, segundo o Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) menor ou maior que o do Brasil, nos municípios do Rio Grande do Sul — 2010 e 2013

ANOS	EMPREGO FORMAL NAS FAIXAS DO PISO REGIONAL DO RS					TRABALHO DOMÉSTICO COM CARTEIRA ASSINADA				
	Total	Municípios com PIBpc Menor		Municípios com PIBpc Maior		Total	Municípios com PIBpc Menor		Municípios com PIBpc Maior	
		Número	Participação %	Número	Participação %		Número	Participação %	Número	Participação %
2010	228.698	106.572	46,60	122.126	53,40	118.617	46.963	39,59	71.654	60,4
2013	281.127	119.479	42,50	161.648	57,50	-	-	-	-	-

FONTE: RAIS-MTE.
IBGE/Censo Demográfico 2010.
FEE/CIE/NCS.
IPEADATA.

Tomás Pinheiro Fiori
Economista, Pesquisador da FEE

Perspectivas da indústria calçadista do RS em 2015

O ambiente recessivo que se desenha para 2015 deverá acrescentar novos ingredientes ao comportamento já desfavorável dos indicadores de emprego, produção e exportação das indústrias calçadistas brasileira e gaúcha nos últimos anos. Os níveis de emprego formal do setor, conforme dados do Ministério do Trabalho — Relação Anual de Informações/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (RAIS/Caged) —, vem decrescendo ano a ano, atingindo, entre 2010 e 2014, uma perda de 39.668 postos de trabalho no Brasil (redução de 11,38%) e de 16.601 no Rio Grande do Sul (redução de 13,60%). A produção industrial física medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) — aponta desempenhos negativos na maior parte do período analisado, com frequência mais acentuada em termos regionais. O valor das exportações também se mostra decrescente, tanto no Brasil como no RS, embora venha mantendo certa estabilidade nos últimos três anos.

As dificuldades impostas às indústrias calçadistas nacional e regional iniciaram nos anos 90, quando as exportações de sapatos da China começaram a crescer e a retirar fabricantes brasileiros de mercados externos tradicionais, passando, também, a ocupar parcelas crescentes do mercado doméstico. Contudo estratégias adotadas pelas empresas, tais como prospecção de novos mercados, aumento do valor agregado do produto, diversificação dos canais de comercialização, aumento das vendas no mercado doméstico e deslocamento de plantas para a Região Nordeste contribuíram para amenizar os efeitos nocivos do ambiente de incertezas e de acirramento da concorrência.

De 2000 a 2014, a indústria calçadista consolidou a presença de novos polos produtores no País, diversificou substancialmente os seus mercados e passou a exportar calçados em uma faixa de preço mais elevada. O calçado gaúcho, em especial, teve o seu preço médio de exportação elevado de US\$ 10,00 para US\$ 25,00 o par no período. As exportações, contudo, começaram a decrescer após a crise de 2008, que afetou os grandes mercados compradores. A partir de 2010, o Governo vem contribuindo com medidas como a desoneração tributária e ações “antidumping”, com o objetivo de melhorar a competitividade dessa indústria.

Em 2015, a necessidade de ajustes na economia brasileira, mediante a elevação da taxa de juros e do custo da energia elétrica e a retirada e/ou diminuição de incentivos fiscais, associada ao enfraquecimento da demanda interna, deve afetar a dinâmica da indústria calçadista. A desvalorização do real, que, de um lado, eleva a competitividade dos calçados no mercado internacional e, de outro, inibe a importação de calçados e de componentes, afetando positivamente a concorrência no mercado interno, deverá ter seus benefícios diminuídos frente aos aumentos de custos que se anunciam. Destacam-se nesse aspecto: a redução do benefício fiscal de desoneração da folha de pagamentos das empresas calçadistas (aumento da contribuição de 1% para 2,5% sobre a receita bruta das empresas no mercado interno); e a redução de 3% para 1% do percentual sobre a receita das exportações para o ressarcimento de tributos federais como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) — Programa Reintegrado.

A exportação de calçados ainda é expressiva no Rio Grande do Sul, embora sua evolução venha sendo bastante afetada pela queda das vendas externas para a Argentina e pela diminuição das exportações de calçados de couro, de preço médio mais elevado, em razão do longo período de câmbio valorizado. Assim, em se mantendo a atual fase de valorização do dólar, a expectativa das exportações para 2015 mostra-se mais favorável, embora os valores para os primeiros meses ainda não indiquem isso. Os resultados positivos aparecerão à medida que forem sendo contabilizadas as negociações fechadas nas grandes feiras nacionais e internacionais ocorridas nos últimos meses de 2014. Além disso, destaca-se a recuperação econômica de mercados importantes, como Estados Unidos e países da União Europeia, em especial Alemanha e França.

Quanto à recuperação dos níveis de emprego e de produção física, efeitos mais duradouros somente poderão ser viabilizados com o retorno do crescimento mais sustentado das demandas interna e externa.

Emprego, produção física e exportações de calçados e suas partes no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2010-14

ANOS	EMPREGO FORMAL NA PRODUÇÃO DE CALÇADOS E SUAS PARTES (pessoas)		PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (1) (Variação % acumulada no ano)		EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS E SUAS PARTES (2) (US\$ 1.000)	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
2010	348.691	118.397	6,7	4,9	1.647.604	833.698
2011	341.568	116.173	-10,5	-6,6	1.498.768	727.436
2012	344.995	111.875	-3,6	-9,8	1.286.474	519.603
2013	327.895	108.301	4,3	-0,3	1.263.257	508.327
2014	(3)309.023	(3)102.291	-4,5	-5,2	1.237.604	516.388

FONTE: MTE/RAIS/Caged.
IBGE/PIM-PF.
MDIC/Aliceweb.

(1) Atividade de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados. (2) Códigos NCM 6401 até 6406. (3) Os dados da RAIS 2014 foram obtidos através da soma do saldo de admitidos e desligados à posição em 2013.

Silvia Horst Campos
Economista, Pesquisadora da FEE

Países que mais cresceram na pauta de exportações gaúchas, em 2014

Mesmo com o desempenho negativo das exportações gaúchas em 2014, alguns países de destino destacaram-se pela ampliação da compra de produtos do Estado, contribuindo para amenizar a queda (ver tabela). Na comparação com 2013, o maior crescimento em valor exportado foi para a Rússia, devido, principalmente, ao aumento na compra de carne suína, que ocorreu após esse país proibir a entrada de produtos da União Europeia e dos EUA. Além disso, o setor, no Brasil como um todo, vem retomando as vendas para a Rússia depois do fim do embargo às carnes brasileiras.

Diversos produtos contribuíram para o crescimento da participação de alguns países. O farelo de soja, por exemplo, ajudou a impulsionar as exportações para Eslovênia, Paquistão, Irã, Indonésia e Turquia. Os demais produtos do complexo da soja também foram importantes, como são os casos do grão de soja, que foi o produto com maior crescimento nas vendas para o Vietnã, e do óleo de soja, que foi o responsável pelo bom desempenho da Índia. Para as Filipinas, destacaram-se as vendas de trigo que ocorreram no final do ano. Já para a Angola, foram vendidos, principalmente, alimentos embutidos. Os países da América Latina que se destacaram em 2014 foram impulsionados, principalmente, por produtos manufaturados, como óleo *diesel* para o Paraguai, carne de aves para a Venezuela, plásticos para o México e arroz para o Peru.

Essa melhora nas vendas do Rio Grande do Sul ocorreu, em grande parte, para países que vêm sendo apontados como regiões que terão forte crescimento econômico nos próximos anos, que é o caso de Vietnã, México, Indonésia, Filipinas, Paquistão, Irã e Turquia. Esses países têm uma participação

ainda modesta na pauta de exportações do Estado no momento (6,6%), mas podem compensar as vendas, quando houver um arrefecimento para destinos mais tradicionais. Ou, ainda, auxiliar na ampliação do total exportado pelo Estado.

Países que mais elevaram sua participação nas exportações do Rio Grande do Sul — 2014

PAÍSES	VARIACÃO	
	Valor (US\$)	%
Rússia	212.933.378	151,7
Vietnã	196.821.904	160,0
Paraguai	139.348.157	19,5
Venezuela	109.526.093	32,0
Eslovênia	91.858.975	88,4
México	91.469.509	39,0
Indonésia	47.783.434	40,4
Filipinas	37.804.565	59,2
Índia	27.974.874	22,1
Paquistão	22.134.306	108,1
Irã	20.711.913	12,6
Angola	20.203.208	11,1
Peru	18.183.496	7,8
Turquia	18.033.204	26,5

FONTE: MDIC/Secex.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

A indústria brasileira de celulose de mercado: um setor em expansão

Para o próximo mês de maio, está previsto o início das operações da nova linha de produção da Celulose Riograndense, do grupo chileno CMPC, no RS. O investimento, estimado em R\$ 5,0 bilhões, elevará a capacidade da fábrica de 450.000 t/ano para 1,75 milhão t/ano. O RS expandirá sua participação dos atuais 4% para 12% no total da capacidade instalada do Brasil. Nos últimos três anos, o País protagonizou importantes investimentos no segmento de celulose de mercado (ramo que produz apenas a pasta). Além da ampliação referida, foram instaladas duas novas fábricas: a Eldorado Brasil, no Município de Três Lagoas (MS), e a unidade de Imperatriz, no município de mesmo nome (MA), da Suzano Papel e Celulose. Até 2020, estão previstos mais investimentos, que elevarão a capacidade instalada dos atuais 14 milhões t/ano para 21 milhões t/ano. O impacto do aumento da capacidade instalada brasileira na oferta mundial não deverá pressionar os preços da *commodity*. Isso porque vem ocorrendo o fechamento de fábricas menos competitivas em outros países, como observado em 2014, nos EUA e na Espanha.

A reboque dessa expansão, projeta-se também no País uma elevação das áreas de monocultura florestal. De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), em 2013, a monocultura florestal ocupou uma área de 7,6 milhões de hectares, indicando um crescimento de 2,8% em relação a 2012. Nesse mesmo período, a monocultura de eucalipto, principal matéria-prima da pasta brasileira, apresentou variação de 3,2%, representando 72% da área total de florestas plantadas.

Os últimos dados da Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura (FAO) confirmam a posição da indústria brasileira na geografia mundial da celulose. Em 2013, no segmento de celulose branqueada sulfato/*kraft* — principal tipo comercializado —, o Brasil foi o segundo maior produtor (12,5 milhões t/ano, 13,3% da produção mundial) e o primeiro exportador (9,4 milhões t/ano, 20% da exportação mundial). O País exporta cerca de 80% de sua produção, abastecendo, principalmente, os mercados europeu e asiático. É pertinente acrescentar que a continuidade dessa expansão exigirá atenção especial quanto aos seus impactos ambientais.

Volume exportado de celulose branqueada (sulfato/*kraft*) dos sete maiores exportadores mundiais — 1990-2013

DISCRIMINAÇÃO	(t milhões)				
	1990	2000	2005	2009	2013
Brasil	1,0	2,9	5,4	8,2	9,4
Canadá	6,1	9,5	8,4	5,9	6,6
Estados Unidos	4,1	4,7	4,7	5,8	6,5
Chile	0,3	1,5	2,2	3,9	4,1
Indonésia	0,1	1,3	2,5	2,2	3,7
Finlândia	1,2	1,6	1,9	1,4	2,7
Suécia	1,9	2,5	2,9	2,8	2,5
Demais países	2,8	6,3	6,6	9,5	11,5
Total mundial	17,5	30,3	34,8	39,6	47,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FAOSTAT, 2015.

Fernanda Queiroz Sperotto
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — set./14-fev./15

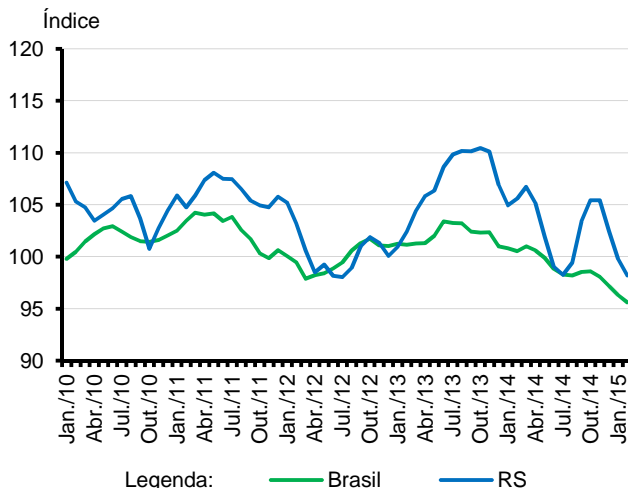
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Set./14	0,57	4,61	6,75	0,20	1,75	3,54	
Out./14	0,42	5,05	6,59	0,28	2,04	2,95	
Nov./14	0,51	5,58	6,56	0,98	3,04	3,65	
Dez./14	0,78	6,41	6,41	0,62	3,67	3,67	
Jan./15	1,24	1,24	7,14	0,76	0,76	3,96	
Fev./15	1,22	2,48	7,70	0,27	1,03	3,85	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-fev./15

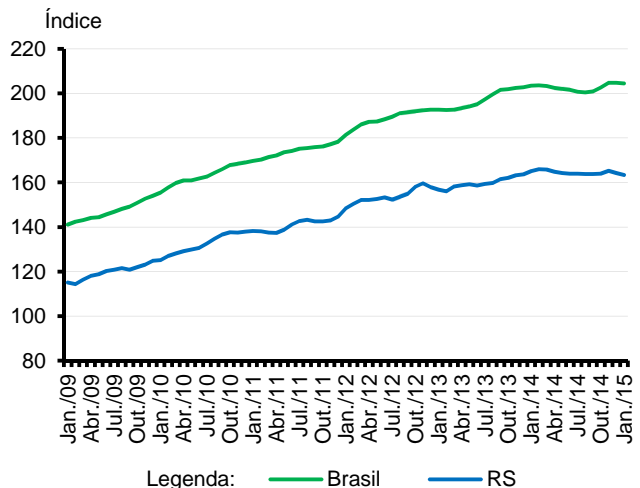


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jan./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — set./14-fev./15

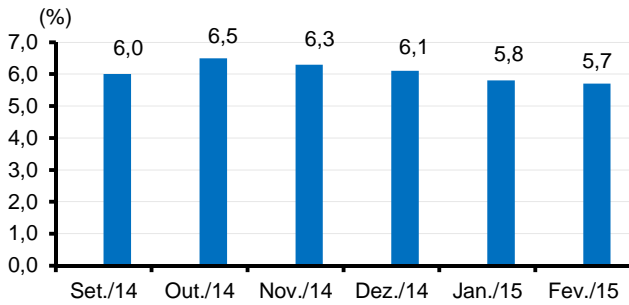
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	Jan./15	Fev./15		
Taxa de câmbio (US\$) (1)	2,33	2,45	2,55	2,64	2,63	2,82	2,73	2,41
Taxa de câmbio efetiva real (2)	89,6	92,9	95,0	96,7	93,4	98,7	96,1	91,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (3)	11,00	11,25	11,25	11,75	12,25	12,25	12,25	11,29
Superávit primário (% do PIB)	5,94	-0,82	1,76	2,90	-4,90	0,54	-2,19	0,69
Balança comercial (US\$ milhões)	-940	-1.177	-2.351	293	-3.174	-2.842	-6.016	-3.778
Exportações (US\$ milhões)	19.617	18.330	15.646	17.491	13.704	12.092	25.796	218.937
Importações (US\$ milhões)	-20.557	-19.507	-17.997	-17.198	-16.878	-14.934	-31.812	-222.715
Transações correntes (US\$ milhões)	-7.937	-8.155	-9.367	-10.317	-10.655	-6.879	-17.534	-89.850

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — set./14-fev./15



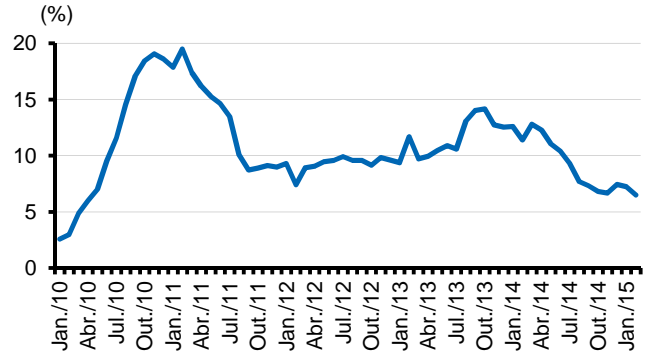
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-fev./15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

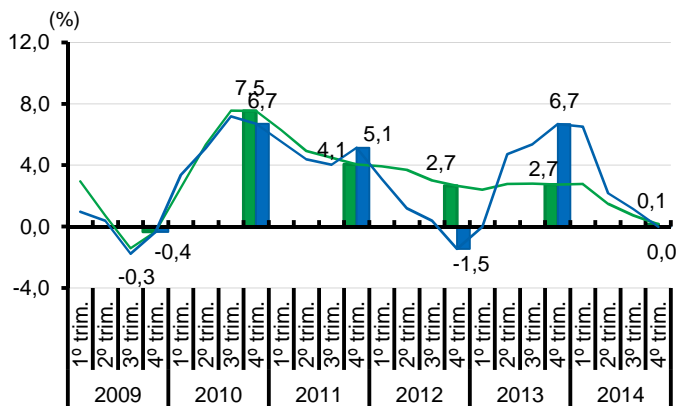
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — set./14-fev./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Set./14	14.682	173.635	8,5	-16,1	-2,3	-23,3	1,3	10,1	-3,7
Out./14	16.214	191.965	8,4	-24,0	-4,2	-24,1	-0,2	1,1	-4,2
Nov./14	17.261	207.610	8,3	-27,9	-6,2	-25,6	-2,2	-2,9	-4,3
Dez./14	18.608	225.101	8,3	-25,8	-7,1	-24,3	-2,8	-1,4	-4,6
Jan./15	967	13.704	7,1	-10,3	-14,5	4,7	3,0	-14,3	-17,0
Fev./15	1.841	25.796	7,1	-12,1	-19,3	0,6	-2,6	-12,7	-17,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-4º trim./14



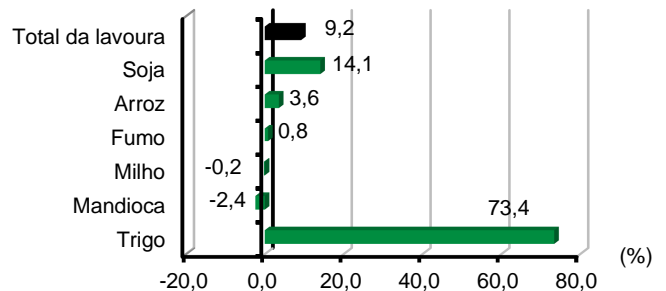
Legenda:

■ PIB do Brasil ■ PIB do RS
— PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais.
FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — fev./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
FEE/CIE/NCR.

Evolução das taxas de formação de mestres e de doutores no RS

O capital humano tem papel fundamental no crescimento de qualquer economia. Quanto maior for o estoque desse fator produtivo, maiores serão as possibilidades de aumento do bem-estar de um país. A educação formal, desde que seja de boa qualidade, contribui decisivamente para o aumento das habilidades da população. Os níveis mais elevados desse tipo de educação, o mestrado e o doutorado, possuem peso decisivo nesse contexto, pois são elementos indispensáveis para o avanço da fronteira da ciência e da inovação, possibilitando a criação de novos produtos, processos e serviços. Assim, é importante acompanhar a evolução do número de concluintes em cursos de mestrado e doutorado no RS, comparativamente às outras unidades federativas mais industrializadas. Com esse propósito, são utilizados aqui dois indicadores específicos: (a) taxa de formação de mestres por 100.000 habitantes; e (b) taxa de formação de doutores por 100.000 habitantes (GEOCAPES-IBGE). As taxas são avaliadas para os anos 2000 e 2013.

Em 2013, o RS apresentou a maior taxa de formação de mestres dentre os seis estados mais industrializados (pelos critérios da Pesquisa Industrial Anual). Esse resultado positivo pode ser explicado por dois fatores: (a) em 2000, o RS já possuía um indicador robusto, relativamente aos demais estados selecionados; e (b) no período 2000-13, a evolução desse indicador foi significativa (164,9%). São Paulo, o estado mais industrializado, apresentou um crescimento em sua taxa de 63,1% ao longo do período, com evolução de

17,1 mestres por 100.000 habitantes em 2000 para 28,0 em 2013.

Dentre os estados selecionados, aquele que obteve a maior taxa de formação de doutores foi São Paulo. O indicador paulista era de 8,3 em 2000 e de 13,2 em 2013, resultando em variação de 58,7%. O segundo colocado, RS, apresentava uma taxa de 3,1 em 2000, elevando-se para 13,0 em 2013, o que equivale a um crescimento de 320,6%.

Taxa de formação de mestres e doutores, por 100.000 habitantes, em estados selecionados — 2000 e 2013

ESTADOS	TAXA DE FORMAÇÃO DE MESTRES			TAXA DE FORMAÇÃO DE DOUTORES		
	2000	2013	Δ%	2000	2013	Δ%
Minas Gerais	8,5	25,6	201,9	1,9	7,6	301,4
Paraná	7,9	30,6	285,4	1,0	6,5	532,8
Rio de Janeiro	18,1	38,6	113,2	5,8	12,8	120,5
Rio Grande do Sul	16,8	44,5	164,9	3,1	13,0	320,6
Santa Catarina	21,3	32,7	53,7	2,6	7,5	186,6
São Paulo	17,1	28,0	63,1	8,3	13,2	58,7

FONTE: GEOCAPES-IBGE.

Lívio Luiz Soares de Oliveira
Economista, Pesquisador da FEE

Instituições financeiras de microcrédito nas regiões brasileiras

Os programas de microcrédito representam uma das grandes e inovadoras formas de redução da miséria surgidas no século XX, por meio do estímulo ao empreendedorismo e do combate à exclusão financeira. O **Estudo Especial Panorama do Microcrédito** (2014) do Banco Central (Bacen) revela dados interessantes da atual situação dessa categoria de crédito no País. Nela, prevalece o destino a pessoas físicas (95% do valor e 96,9% do total de operações de microcrédito), dentro das quais dominam aquelas com rendimentos de até um salário mínimo (35%).

A carteira de microcrédito concentra-se, em termos de valor, na Região Nordeste (52%), seguida pelas Regiões Sudeste (23%), Sul (18%), Centro-Oeste (5%) e Norte (3%). Em termos de quantidade de operações e número de clientes, a Região Nordeste equipara-se à Sudeste (em torno de 35% na Nordeste e 36% na Sudeste). As outras regiões — Sul, Centro-Oeste e Norte — representam, respectivamente, nessas categorias, 19%, 6% e 4% do total aproximadamente.

O controle de capital e a localização da sede das Instituições Financeiras de Microcrédito (IMFs) são bastante diversificados. As agências de fomento são todas de controle público estadual. Dos bancos concedentes, quatro são públicos estaduais (um na Região Nordeste, um na Centro-Oeste, um na Sudeste e um na Sul, localizado no Rio Grande do Sul), quatro federais (um na Região Norte, um na Nordeste e dois na Centro-Oeste), um de controle privado nacional na Região Sudeste e um privado estrangeiro na mesma região. Já as cooperativas de crédito são todas de controle privado nacional, totalizando 73 instituições. Por fim, das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), todas são de controle privado, nove nacionais (uma na Região Norte, uma

na Nordeste, cinco na Sudeste e duas na Sul) e uma estrangeira (na Região Norte).

Dessa forma, o perfil do microcrédito mostra-se altamente heterogêneo entre as regiões brasileiras, concentrando-se, em termos de valor da carteira, quantidade de operações e quantidade de clientes (em termos percentuais), nas Regiões Nordeste e Sudeste. Contudo é necessário investigar se esse instrumento — desenhado para ser um promotor de inclusão social e financeira — também atua como redutor de desigualdades regionais.

Perfil regional do microcrédito no Brasil — 2014

REGIÕES	VALOR DA CARTEIRA IDENTIFICADA (%)	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES (%)	QUANTIDADE DE CLIENTES (%)	NÚMERO DE SEDES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE MICROCRÉDITO
Norte	2,8	3,8	4,1	4
Nordeste	52,1	34,9	35	15
Centro-Oeste	4,6	6,3	6,6	17
Sudeste	22,6	36,4	35,9	27
Sul	17,8	18,5	18,5	39

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Estudo especial panorama do microcrédito**. [S.l.]: Bacen, 2014.

Fernando Ioannides Lopes da Cruz
Economista, Pesquisador da FEE

A queda do preço do petróleo: uma trama saudita?

Nos últimos meses, a brusca retração do preço do petróleo no mercado mundial tem chamado a atenção da comunidade internacional, que aguarda receosa os seus desdobramentos. De fato, a partir de junho de 2014, o preço dessa *commodity* despencou dos US\$ 115 por barril e rompeu o patamar de US\$ 50, estabilizando-se um pouco acima desse nível em março de 2015. Ao analisar as causas desse processo, vemos que há o encontro de uma baixa demanda (motivada pela estagnação na Europa e no Japão e pelo arrefecimento da expansão chinesa) com um recrudescimento da oferta, em virtude da produção crescente na Rússia, no Iraque e na Líbia e do avanço da extração não convencional, como o petróleo de folhelho (*shale oil*) nos Estados Unidos, as areias betuminosas no Canadá e o Pré-Sal no Brasil.

Ao contrário do que se poderia esperar, a posição da Arábia Saudita — principal produtor, exportador e dono das maiores reservas — não foi de preocupação. Em documentos e declarações oficiais, os sauditas asseveraram sua tranquilidade em relação à queda do valor do petróleo, salientando que o movimento especulativo dos mercados de capitais faz com que essa *commodity* flutue repetidamente. No entanto, como 90% das divisas externas que chegam a Riad são obtidas através da exportação de petróleo, levantou-se uma série de dúvidas sobre a sinceridade dessas afirmações, que poderiam estar ocultando outras motivações, de natureza não econômica, mas geopolítica.

Com efeito, há muitos anos, a postura dos sauditas no tocante ao preço do petróleo é diferente quando comparada com a de outros Estados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), tais como Irã e Venezuela. Enquanto iranianos e venezuelanos, dentre outros, tencionam manter elevado o valor do produto, para auferir maiores receitas e levar a cabo seu projeto político, os sauditas parecem mais interessados na sustentabilidade da sua produção petrolífera: temem que os custos elevados incentivem a ampliação das fontes alternativas de energia e de extração mineral. Ademais, os outros países da OPEP gostariam que os sauditas desempenhassem o papel de *swing state*, ou seja, o de País que diminui ou aumenta sua produção petrolífera para alterar o preço desse item, o que atualmente não é bem aceito na Arábia Saudita.

Em boa medida, o contraste entre Riad e Teerã nesse ponto deve-se a diferenças políticas e demográficas, na medida em que o Irã é muito mais populoso (tem 77 milhões de habitantes, contra 28 milhões na Arábia Saudita) e tem um sistema político menos oligárquico, o que aumenta as pressões e as demandas sobre ele. Além disso, o País enfrenta um conjunto de sanções internacionais que têm atravancado seu crescimento econômico. Desse modo, como se trata de dois Estados rivais no sistema internacional, especula-se que os sauditas estejam forçando a baixa do preço do petróleo para minar o Governo iraniano.

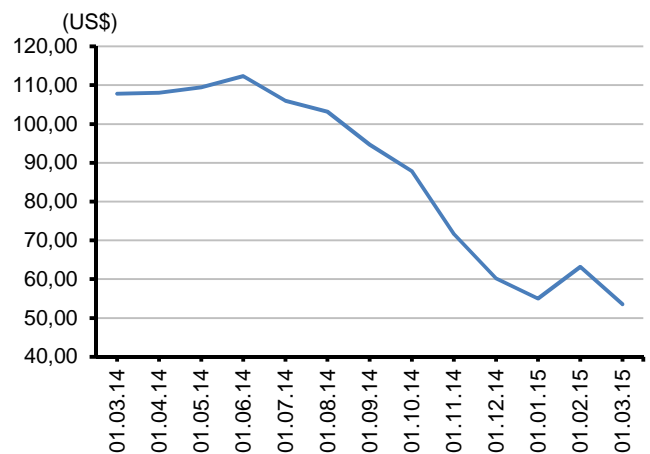
Nesse contexto, muitos asseveram que a ofensiva saudita não se limitaria a prejudicar o Irã, mas também os Estados Unidos. Isso porque a produção norte-americana vem prosperando desde 2012, com a extração do folhelho, revertendo uma queda que vinha desde a década de 70. Entretanto, o montante para a realização dessa atividade é significativo, e o *break even* (preço mínimo do barril a partir do qual a produção se torna economicamente viável) situar-se-ia entre US\$ 50 e US\$ 70. Assim, Riad eliminaria um potencial competidor, assegurando uma maior margem de manobra com Washington e no mercado petrolífero. De quebra, daria

uma resposta firme à reaproximação entre Estados Unidos e Irã, que vai de encontro aos seus interesses. Ressalta-se, ainda, que a morte do Rei Abdullah — sucedido por seu irmão Salman — não surtiu mudanças na postura do País, que segue com a ideia de manter baixo preço do petróleo.

No entanto, as reais pretensões sauditas parecem bem mais modestas, sem o intuito de dificultar a exploração de petróleo não convencional, por duvidarem da possibilidade de sucesso dessa empreitada. Na realidade, a recusa em reduzir a produção estaria calcada em duas razões: em primeiro lugar, em outras conjunturas, a Arábia Saudita tomou uma atitude nesse sentido, mas não logrou elevar os preços como desejava e ainda viu seu *market share* reduzido, beneficiando somente os outros membros da OPEP. Ademais, justamente por saber que o preço do petróleo está abaixo do *break even* para muitos produtores, o Governo saudita crê ser inevitável uma diminuição do ritmo de investimentos nos Estados Unidos e em outros lugares, o que, de fato, já vem ocorrendo. Nessas circunstâncias, não valeria a pena cortar a produção quando empresas estrangeiras já se veriam obrigadas a fazê-lo.

A despeito da manobra saudita, não se pode afirmar que o valor do petróleo vai manter sua trajetória decrescente ou se haverá uma reversão desse fenômeno em breve. Historicamente, verifica-se uma grande oscilação no preço do produto, tanto por alterações na oferta e na demanda quanto por mudanças nas expectativas dos agentes econômicos, que também variam abruptamente conforme as circunstâncias. Ainda assim, é imperativo observar os desdobramentos futuros das negociações entre o Irã e o P5 + 1 (EUA, China, Rússia, França, Alemanha e Reino Unido). Como as tratativas avançaram, espera-se um levantamento gradual das sanções ao Irã, o que poderá implicar um aumento significativo nos investimentos em seus campos petrolíferos. Isso, por sua vez, voltaria a pressionar a oferta dessa *commodity*, retomando a perspectiva de uma nova baixa no preço do petróleo.

Preço do barril do petróleo Brent no mundo — mar./14-mar./15



FONTE: INVESTING.com. 2015. Disponível em: <<http://www.investing.com/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

Ricardo Fagundes Leães
Internacionalista, Pesquisador da FEE

Formalidade e salário mínimo regional

Um dos grandes problemas do Brasil é o fato de que as políticas públicas, em sua maioria, não são objeto de avaliações adequadas. Nesse contexto, a sociedade brasileira acaba julgando essas políticas públicas por suas intenções, e não por seus resultados. A política de salário mínimo regional para o RS é um exemplo disso e, assim, um estudo que busque medir seus efeitos é de suma importância.

A teoria econômica informa o básico a respeito dos efeitos de uma política de preço mínimo. Em mercados competitivos, uma política de salário mínimo gera um excesso de oferta de mão de obra, *i.e.*, desemprego. Por outro lado, em uma situação de monopólio ou quando os compradores possuem poder de mercado significativo, a política de salário mínimo pode aumentar o nível de emprego de uma economia. A questão, no entanto, torna-se ainda mais complexa na medida em que, em economias em desenvolvimento como a brasileira, boa parte do mercado de trabalho é informal.

O setor informal, por sua vez, prejudica a sociedade gaúcha por uma série de motivos. Em primeiro lugar, trabalhadores informais não recebem as proteções e os benefícios trabalhistas que os formais têm direito. Em segundo, empresas que contratam trabalhadores informais estão constantemente sujeitas a riscos trabalhistas, o que funciona como um desincentivo para que novos investimentos sejam feitos. Finalmente, o Governo sofre com uma queda na arrecadação, haja vista que trabalho informal não é tributado diretamente. Quem quiser entender os resultados de uma política de salário mínimo deve, portanto, compreender o que acontece com o tamanho do setor informal da economia.

No gráfico, mostra-se uma estimação não paramétrica da probabilidade de um trabalhador do RS ser formal dado o salário. Ela foi construída utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004. As linhas pontilhadas marcam os valores dos salários mínimos nacional e regional respectivamente. Pode-se ver que o salário parece afetar significativamente a probabilidade de um trabalhador ser formal apenas nas proximidades dos valores dos salários mínimos. Para valores à direita do mínimo regional, a probabilidade de ser formal é praticamente constante em relação ao salário. Nesse sentido, a independência entre salário e formalidade para valores acima do mínimo dá a distribuição de formais contrafactual, ou seja, a distribuição que se encontraria caso o mínimo não existisse. De posse do contrafactual, pode-se calcular o quão maior seria o mercado de trabalho do setor formal na ausência de ambos os salários mínimos.

O procedimento de estimação do tamanho do setor formal na ausência do salário mínimo foi feito para os anos 2002, 2004, 2006, 2009, 2011 e 2013. Em 2002, quando o mínimo regional era 30% maior do que o mínimo nacional, 70,9% dos trabalhadores eram do setor formal. Na ausência dos mínimos nacional e regional, o tamanho do setor seria

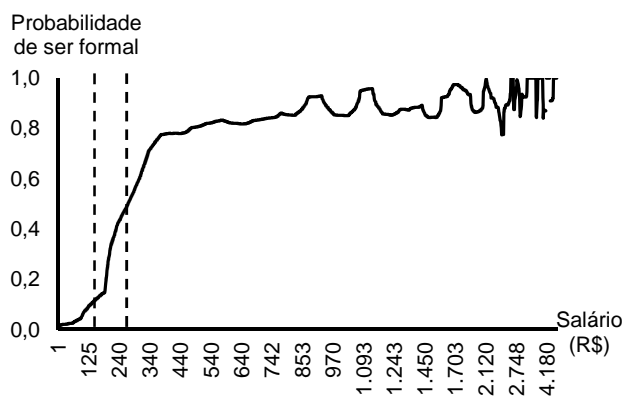
13,6% maior (atingindo cerca de 80,5%). Sem o mínimo regional apenas, o tamanho do setor seria cerca de 5,9% maior. Um resultado parecido é encontrado em 2004, quando o mínimo regional também era 30% maior. Em 2009, o mínimo regional era cerca de 10% maior do que o nacional. Nesse ano, o tamanho do setor formal era 72,9%. Sem ambos os mínimos, o tamanho do setor formal seria 14,7% maior. Sem o mínimo regional, o setor cresceria cerca de 3,8%. Em 2013, quando o mínimo regional era cerca de 14% maior que o nacional, o setor formal da economia era cerca de 78,6% do total. Novamente, na ausência dos mínimos, o setor cresceria 8,8% e, sem o mínimo regional, apenas cerca de 1,8%.

Pode-se observar que, quando a diferença relativa entre os mínimos regional e nacional é maior, o impacto sobre a formalidade é maior. Em 2002 e 2004, quando a diferença era 30%, o mínimo regional reduziu mais acentuadamente o setor formal. Em 2009 e 2013, por sua vez, o efeito foi menor. Ou seja, tudo o mais constante, quanto maior for o mínimo regional, maior será o efeito de redução do mercado formal na economia.

Ademais, nota-se que, apesar do salário mínimo, o nível de formalização da economia aumentou ao longo dos anos. No entanto, como foi mostrado, tal aumento teria sido ainda maior caso os salários mínimos regional e nacional não existissem.

Em suma, o impacto do salário mínimo no tamanho do setor formal é significativo. O Governo precisa levar em conta não só esse aspecto, mas também os demais efeitos do mínimo regional que ainda, mesmo depois de 14 anos, continuam não sendo estudados.

Probabilidade de o trabalhador ser formal em relação ao salário recebido, no Rio Grande do Sul — 2004



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004).

Guilherme Stein
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.04.15).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari, Bruno Breyer Caldas, Fernando Maccari Lara, Guilherme Stein, Miriam de Toni, Renato Dal Maso, Rodrigo de Sá da Silva e Vanessa Neumann Sulzbach

Núcleo de Indicadores Conjunturais: Renan Xavier Cortes (coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão: Susana Kerschner

Diagramação: Graziela Brandini de Castro

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br